AVISO DE LICITAÇÃO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/TJPA/2017**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para obra de construção da subestação de energia elétrica do Fórum de Barcarena e alimentadores para o interior do prédio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no projeto básico, Anexo I do edital. Abertura: 22/12/2017, às 10 horas (horário local). As sessões públicas ocorrerão no Auditório da CPL, Prédio - Sede do TJ/PA, sala T-125, localizado na Avenida Almirante Barroso nº 3089, bairro do Souza, Belém - Pará. Edital: Cópia gratuita em mídia magnética da licitante ou através do site www.tjpa.jus.br, ou impresso ao custo das cópias. Informações: fone (91)3205-3184 ou (91)3205-3206, fax (91)3205-3287 ou e-mail licitacao@tjpa.jus.br. Belém, 04/12/2017. CPL do TJPA.

Protocolo: 257035**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/TJPA/2017**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da OBRA DE REFORMA PARCIAL NO PRÉDIO SEDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no projeto básico, Anexo I do edital. Abertura: 21/12/2017, às 10 horas (horário local). As sessões públicas ocorrerão no Auditório da CPL, Prédio - Sede do TJ/PA, sala T-125, localizado na Avenida Almirante Barroso nº 3089, bairro do Souza, Belém - Pará. Edital: Cópia gratuita em mídia magnética da licitante ou através do site www.tjpa.jus.br, ou impresso ao custo das cópias. Informações: fone (91)3205-3184 ou (91)3205-3206, fax (91)3205-3287 ou e-mail licitacao@tjpa.jus.br. Belém, 04/12/2017. CPL do TJPA.

Protocolo: 257023**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

HOMOLOGAÇÃO. Acolho o julgamento do Pregoeiro, que declarou FRACASSADO o Pregão Eletrônico nº 069/TJPA/2017 (Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza de esgotos (limpa-fossas), incluindo drenagem, transporte e descarte de material, com abrangência na área metropolitana de Belém), homologando o certame, para os devidos fins. Todas as informações a respeito do certame estão disponíveis em www.comprasgovernamentais.gov.br. Belém, 04/12/2017. Secretaria de Administração do TJPA.

Protocolo: 257063**OUTRAS MATÉRIAS****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/TJPA/2017**

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SISTEMAS DE AR EM PRÉDIOS DO TJPA.

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará informa aos licitantes e interessados a REVOGAÇÃO da presente licitação, conforme determinação da Secretaria de Administração, por razões de interesse público devidamente comprovado.

Desta forma, nos termos do art. 109, I, alínea c, da Lei 8.666/93, ficam os interessados intimados para oferecerem o recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

As manifestações poderão ser enviadas para o endereço eletrônico licitacao@tjpa.jus.br.

Belém, 04 de dezembro de 2017.

Pregoeiro. Serviço de Licitações.

Protocolo: 257133**TRIBUNAIS DE CONTAS****TRIBUNAL DE CONTAS DOS
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO
PARÁ****DISPENSA DE LICITAÇÃO****TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 06/2017**

De conformidade com o parecer da Diretoria Jurídica nº 596/2017 e da Coordenadoria de Controle Interno nº 555/2017 no Processo nº PA20178742, declaro DISPENSADA a licitação para aquisição de uniformes destinados aos servidores e estagiários deste Tribunal,

pelo valor global de R\$ 10.062,00 (dez mil e sessenta e dois reais), em favor das empresas: MLX UNIFORMES INDUSTRIA E COMÉRCIO EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 10.405.325/0001-08 (R\$8.340,00) e FORMOSA SUPERMERCADO E MAGAZINE LTDA, inscrita no CNPJ nº 63.864.771/0001-47 (R\$1.772,00), com fundamento no art. 24, inciso V da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Belém, 24 de novembro de 2017

CONSELHEIRO LUÍS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR

Presidente do TCM/PA

Protocolo: 257304**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2017-TCM**

O Presidente do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações, e conforme o que consta no Processo Administrativo Nº PA20178635.

RESOLVE:

ADJUDICAR e HOMOLOGAR o resultado do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, n.º 19/2017, do tipo "menor preço", destinado à "aquisição de 01 (um) veículo tipo Executivo/sedã para a presidência".

LOTE IV – VEÍCULO

Valor Global: R\$ 129.800,00 (cento e vinte e nove mil oitocentos reais)
Empresa: LINK-SYSTEM TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP

CNPJ: 07.488.946/0001-98

Belém, 30 de novembro de 2017.

Conselheiro LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR

Presidente do TCM/PA

Protocolo: 256994**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO PARÁ****OUTRAS MATÉRIAS****CITAÇÃO - Nº 625-F/2017**

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Relator, Nelson Luiz Teixeira Chaves, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, a empresa JAIME FERREIRA - ME, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de quinze (15) dias a partir desta publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2006/50820-8, que trata da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de São João da Ponta, referente ao Convênio SESP Nº 045/2003.

Belém, 04 de dezembro de 2017.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

CITAÇÃO - Nº 625-G/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Relator, Nelson Luiz Teixeira Chaves, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, a empresa J. H. R. COSTA - ME, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de quinze (15) dias a partir desta publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2006/50820-8, que trata da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de São João da Ponta, referente ao Convênio SESP Nº 045/2003.

Belém, 04 de dezembro de 2017.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

CITAÇÃO - Nº 625-H/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Relator, Nelson Luiz Teixeira Chaves, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, a empresa C. C. MEDEIROS COMERCIAL - ME, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de quinze (15) dias a partir desta publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2006/50820-8, que trata da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de São João da Ponta, referente ao Convênio SESP Nº 045/2003.

Belém, 04 de dezembro de 2017.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Nº 487-B/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Relator, Nelson Luiz Teixeira Chaves, em cumprimento ao disposto no art. 215 do Regimento Interno, comunico a Senhora MARILDA COSTA ARAÚJO, Diretora à época, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2013/50528-7, que trata da Prestação de Contas do Hospital Regional de Conceição do Araguaia, referente ao Exercício Financeiro de 2012. Belém, 04 de dezembro de 2017.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Nº 485-A/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Substituto, Daniel Mello, em cumprimento ao disposto no art. 215 do Regimento Interno, comunico a Senhora MARGARETH DE ANDRADE GOMES, Coordenadora à época, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação, poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2013/51179-0, que trata da Tomada de Contas instaurada no Conselho Escolar da Escola da ERC Centro Educacional e Técnico Aparecida, referente ao Convênio SEDUC nº 148/2009.

Belém, 04 de dezembro de 2017.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

Protocolo: 257268**MINISTÉRIO PÚBLICO****MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PARÁ****PORTARIA****PORTARIA Nº 8.337/2017-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a ação nº 0002004-31.2016.8.14.0051, já em curso na comarca de Santarém/PA, que tem por réu autoridade cuja atribuição para persecução judicial pertence originariamente à Procuradoria-Geral de Justiça por força do art. 29, incisos da Lei nº 8.625/93;

R E S O L V E:

DELEGAR poderes aos Promotores de Justiça ALEXANDRE BATISTA DOS SANTOS COUTO NETO e MARIA RAIMUNDA DA SILVA TAVARES, com fundamento no Art. 56, IX da Lei nº 057/2006 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, para atuar em conjunto ou isoladamente na ação nº 0002004-31.2016.8.14.0051.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 4 de dezembro de 2017.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procuradora Geral de Justiça, em exercício

Protocolo: 257371**PORTARIA Nº 8244/2017 – MP/PGJ**

Institui a Comissão de Seleção e instaura o Procedimento de Chamamento Público do Projeto intitulado "Gestão de conflitos territoriais rurais nos municípios de Santarém e Castanhal".

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 38, da Lei Complementar Estadual nº 057 (Lei orgânica do Ministério do Estado do Pará), de 06 de julho de 2006, e, CONSIDERANDO o Princípio da Eficiência, norteador das atividades da Administração Pública, contido no art. 37, caput, da Constituição da República, impondo a todo agente público o dever de realizar suas atribuições com presteza e rendimento funcional satisfatório;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, em seu art. 68, estabelece que toda atividade do Ministério Público obedecerá aos princípios do planejamento estratégico e operacional que possibilite a obtenção do melhor resultado social da execução de suas funções instrucionais, o permanente aprimoramento da prestação dos seus serviços e a racionalidade da disposição e utilização dos seus recursos materiais, humanos, tecnológicos e financeiro disponíveis;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, que institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime